



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO  
Setor Bancário Norte Quadra 01 Bloco F - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF - www.dpu.def.br  
Edifício Palácio da Agricultura

## NOTA TÉCNICA Nº 11 - DPGU/SGAI DPGU

Em 16 de janeiro de 2023.

**Ementa:** Extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Inconstitucionalidade, inconveniência e ilegalidade. Não esgotamento das competências previstas na Lei n. 9.140/1995. Inobservância das decisões das obrigações definidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Descumprimento das recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Inexistência do poder discricionário para o encerramento dos trabalhos. Necessidade de recomposição da Comissão e o prosseguimento dos trabalhos de localização, reconhecimento de pessoas, identificação das vítimas, pagamento das indenizações e providências previstas no III Volume do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

### 1. Introdução

Trata-se de nota técnica dirigida ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tendo como objeto a decisão proferida em sessão extraordinária de extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Como amplamente divulgado nas mídias<sup>[1]</sup>, o Presidente da CEMDP convocou reunião extraordinária e, naquela ocasião, obteve votação para a extinção do órgão, medida que não chegou a ser formalmente publicada no Diário Oficial da União<sup>[2]</sup>. De todo modo, o ato administrativo está inquinado por vícios materiais que recomendam o reconhecimento de sua nulidade e, assim, a retomada dos trabalhos da comissão.

Conforme será abordado nos tópicos subsequentes, o ato administrativo contraria a Constituição Federal, os tratados internacionais de direitos humanos e as leis ordinárias que regem a matéria. Desse modo, ao final propugna-se pelo restabelecimento da Comissão com ampliação do seu escopo para abranger pessoas e grupos sociais vítimas de perseguição políticas durante a ditadura militar.

### 2. Das segundas tentativas de extinção da CEMDP. Do “Relatório Final” de 15 de dezembro de 2022.

Desde pelo menos 29 de junho de 2022, por ocasião da 84ª Reunião da CEMDP, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro havia pautado a aprovação do “Relatório Final” dos trabalhos da comissão, o que deixa indene de dúvidas que o objetivo era a extinção do órgão. Ademais, em resposta apresentada ao Ministério Público Federal, o então Presidente da CEMDP, Marco Vinícius Pereira de Carvalho, sustentou que a extinção do órgão se justificaria com a finalização dos processos<sup>[3]</sup>.

Naquela ocasião, tanto o Ministério Público Federal quanto entidades da sociedade civil apresentaram recomendações contra a extinção do referido órgão, apontando acertadamente que a Comissão não havia terminado a missão que lhe fora atribuída por lei, tendo em vista que ainda estava em curso a necessidade de identificação de ossadas em estudo e guarda direta ou indireta da Comissão [4].

Ocorre que, no dia 15 de dezembro de 2022, em sessão extraordinária, foi apresentado “Relatório Final” da CEMDP no qual se conclui o que segue:

A Lei nº 9.140/95 em seu art. 13, dispõe que “Finda a apreciação dos requerimentos, a Comissão Especial elaborará relatório circunstanciado, que encaminhará, para publicação, ao Presidente da República, e encerrará seus trabalhos.” Ao longo de mais de 27 anos de existência, a CEMDP cumpriu todas as suas funções determinadas legalmente e o Estado Brasileiro, de modo inequívoco, empreendeu esforços e recursos para promover a pacificação social e as reparações econômicas aos militantes políticos no período do governo militar, e seus familiares. Apesar de todos os esforços e o emprego de recursos materiais, financeiros e humanos para a localização de pessoas desaparecidas, há situações que esbarram no campo das impossibilidades e os familiares esperam uma resposta. Assim, a CEMDP, para os casos em que, notadamente, foram empreendidos esforços para a localização de pessoas e a sua localização tornou-se impossível, apesar das inúmeras expedições, em especial as da região do Araguaia, sugere-se a construção de um memorial a cada um dos mortos e desaparecidos, tal como ocorreu em Ricardo de Albuquerque/RJ, como forma de cumprimento das decisões judiciais em vigor. Diante do exposto, o presente relatório tem como finalidade, cumprir a legislação entregando à sociedade, de maneira clara, objetiva e transparente todas as informações acerca dos trabalhos da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) durante esses 27 anos de funcionamento (1995 a 2022).

Acordam os Conselheiros, por maioria de votos, pela aprovação do Relatório final da CEMDP, a ser encaminhado ao Sr. Presidente da República para a devida publicação. Votos favoráveis: Marco Vinicius Pereira de Carvalho, Paulo Fernando Melo da Costa, Jorge Luiz Mendes de Assis e Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro. Votos contrários: Vera da Silva Facciolla Paiva, Diva Soares Santana e Ivan Cláudio Garcia Marx. **Por todo exposto, declaramos encerradas as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**, em cumprimento ao art. 13 da Lei nº 9.140/95. É o relatório. Encaminhe-se ao Senhor Presidente da República para a publicação na forma da Lei. (g.n.) [5]

O relatório está disponível na biblioteca digital do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e aguarda encaminhamento pela Presidência da República. No entanto, como será demonstrado, a proposta possui equivocados pressupostos fáticos e contraria a legislação que rege a matéria. Além disso, em seu aspecto formal, a própria composição da CEMDP que votou o Relatório revela-se extremamente problemática à luz do “princípio IV” da Resolução nº 03/2019 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH (Princípios sobre Políticas Públicas de Memória nas Américas). [6] O citado dispositivo é cristalino no sentido de que as pessoas que estão à frente de instituições públicas que formulam ou implementam políticas públicas de memória devem ser reconhecidas por sua comprovada trajetória na defesa dos direitos humanos e valores democráticos.

Caso aprovada a extinção da Comissão, o Estado brasileiro ainda entrará em órbita de descumprimento de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos a respeito do tema.

### 3. **Das competências legais da CEMDP. Do não esgotamento das competências previstas na Lei n. 9.140/1995.**

A Lei n. 6.683/1979, denominada “Lei de Anistia”, foi o primeiro passo dado pelo Estado brasileiro no sentido de reparar as arbitrariedades praticadas durante o período da ditadura civil-militar. Pelo seu caráter restrito, o processo de reparação necessitou de outros arcabouços jurídicos, o que resultou na promulgação das leis n. 9.140/95, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos, e

n. 10.559/02, que cria a Comissão de Anistia. Assim, o Estado brasileiro ampliava o espectro normativo orientado à construção de uma memória oficial e coletiva a respeito das sucessivas violações de direitos humanos perpetradas pelo regime de exceção.

A Lei n. 9.140/1995 reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que por esse motivo tenham sido detidas por agentes públicos. Trata-se de um marco normativo que está diretamente associado ao processo transicional brasileiro, no que diz respeito ao direito à memória e à verdade. Assim, o Estado se dispõe a regularizar a situação legal das vítimas, bem como amparar as famílias por meio de reparações simbólicas e financeiras.

Ao tratar de instrumentos de reparação das pessoas direta e indiretamente afetadas pelo regime militar, dois pontos são fundamentais nesse debate: políticas de memória e justiça de transição. Políticas de memória estão relacionadas à promoção de uma cultura inspirada nos valores da democracia e com o objetivo de conscientizar sobre a necessidade de prevenir graves violações de direitos humanos, com base em intervenções legítimas apoiadas por evidências documentais e construídas com a participação das vítimas e familiares. Esta definição foi adotada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao fixar os Princípios sobre políticas de memória com enfoque em direitos humanos das Américas[7]. Em outras palavras, o objetivo jurídico e político deste mecanismo reside no dever do Estado de construir outra memória, consistente em uma postura de valorização da vida, da igualdade e da liberdade, e que se insurja contra a repressão e o autoritarismo[8].

Por sua vez, a Justiça de Transição ficou conhecida, na América Latina, na passagem dos regimes ditatoriais para os regimes democráticos, marcando momento histórico de reconhecimento de violações massivas de direitos humanos. A Organização das Nações Unidas (ONU), em seu Relatório S/2004/16 do Conselho de Segurança[9], define a justiça de transição como o conjunto de medidas e mecanismos associados à tentativa de uma sociedade de lidar com um legado de abusos em larga escala no passado. Dentro de tais mecanismos, pode-se falar em direito à memória e busca pela verdade (1), reformas institucionais (incluindo as legislativas) e políticas públicas (2), reparações simbólicas e financeiras (3) e julgamentos individuais de abusos cometidos no período autoritário (4)[10].

A Lei nº 9.140/1995 não restringe suas atividades ao processo de indenização indicado no art. 4º, inciso III, com a emissão de parecer sobre os requerimentos realizados por familiares das vítimas. O reconhecimento de vítimas da ditadura mortas ou desaparecidas por agentes de Estado (art. 4º, inciso I), a busca de corpos (art. 4º, inciso II) ou o registro de óbitos (art. 7º, §2º) são atividades que ainda precisam ser desenvolvidas considerando as soluções pendentes, inclusive para o cumprimento de sentenças decorrentes de condenações proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em desfavor do Estado brasileiro.

A resolução emitida pela Corte IDH na supervisão do cumprimento de sentença de 30 de abril de 2021 apresenta reparações pendentes de cumprimento, determinando ao Estado Brasileiro:

*1. Reiniciar, con la debida diligencia, la investigación y proceso penal que corresponda por los hechos ocurridos el 25 de octubre de 1975 para identificar, procesar y, en su caso, sancionar a los responsables por la tortura y muerte de Vladimir Herzog, en atención al carácter de delito de crimen de lesa humanidad de tales hechos y las correspondientes consecuencias jurídicas de las mismas para el derecho internacional, en los términos de los párrafos 371 y 372 de la Sentencia. En particular, el Estado deberá observar los estándares y requisitos establecidos en el párrafo 372 de la Sentencia.*

*2. Adoptar las medidas más idóneas conforme a sus instituciones, para que se reconozca, sin excepción, la imprescriptibilidad de las acciones emergentes de crímenes de lesa humanidad e internacionales, en atención a la Sentencia y a los estándares internacionales en la materia, en atención a lo dispuesto en la Sentencia en los términos del párrafo 376.*

*3. Realizar un acto público de reconocimiento de responsabilidad internacional, por los hechos del presente caso en agravio a la memoria de Vladimir Herzog y la falta de investigación, juzgamiento y sanción de*

*los responsables por su tortura y muerte. Dicho acto deberá llevarse a cabo de acuerdo a lo dispuesto en el párrafo 380 de la Sentencia.*

*4. Pagar las cantidades fijadas en los párrafos 392 397 de la Sentencia, por concepto de daños materiales e inmateriales; en los términos de los párrafos 410 a 415 de la Sentencia*[\[11\]](#).

Por sua vez, a resolução referente ao caso Gomes Lund y otros (Guerrilha do Araguaia) de 17 de outubro de 2014 declara pendente de cumprimento:

*1. Conducir eficazmente, ante la jurisdicción ordinaria, la investigación penal de los hechos del presente caso a fin de esclarecerlos, determinar las correspondientes responsabilidades penales y aplicar efectivamente las sanciones y consecuencias que la ley prevea, de conformidad con lo establecido en los párrafos 256 y 257 de la Sentencia.*

*2. Realizar todos los esfuerzos para determinar el paradero de las víctimas desaparecidas y, en su caso, identificar y entregar los restos mortales a sus familiares, de conformidad con lo establecido en los párrafos 261 a 263 de la Sentencia. (...)*

*6. Adoptar, en un plazo razonable, las medidas que sean necesarias para tipificar el delito de desaparición forzada de personas de conformidad con los estándares interamericanos, en los términos de lo establecido en el párrafo 287 de la Sentencia. Mientras cumple con esta medida, el Estado deberá adoptar todas aquellas acciones que garanticen el efectivo enjuiciamiento y, en su caso, sanción respecto de los hechos constitutivos de desaparición forzada a través de los mecanismos existentes en el derecho interno*[\[12\]](#).

Vale ressaltar que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei n. 12. 528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, teve seus trabalhos encerrados em dezembro de 2014. Já a Comissão de Anistia, criada pela Lei nº 10.559/2002, tem outra finalidade, qual seja a de analisar os requerimentos de reconhecimento da condição de anistiado político.

A CIDH, em relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, publicado em 2021, destacou a importância da criação de instituições públicas orientadas à promoção do direito à memória e à verdade:

[...] a CIDH destaca com especial atenção o papel fundamental das instituições de direitos humanos com enfoque no direito à memória e à verdade, com especial destaque à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia. Ambas as instituições têm o mandato de proteger o direito à memória e a verdade das vítimas de violações dos direitos humanos e de seus familiares, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil em conformidade com a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.[\[13\]](#)

A extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, portanto, está em descompasso com as determinações decorrentes das sentenças condenatórias da Corte IDH nos casos *Gomes Lund e outros vs. Brasil* e *Herzog e outros vs. Brasil*, e demais padrões dos sistemas interamericano e global de proteção aos direitos humanos acerca da matéria. Ainda, sinaliza um grave retrocesso no estado da arte das políticas públicas de memória, verdade e reparação no Brasil.

#### 4. **Dos precedentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos sobre a matéria e da responsabilidade do Estado brasileiro.**

O desaparecimento forçado gerado por múltiplas e reiteradas rupturas da ordem democrática e institucional na história do continente americano e a ausência de esclarecimentos, investigação, julgamento e punição dos atores estatais e privados levaram o Sistema Interamericano de Direitos Humanos a reconhecerem o direito à verdade.

Trata-se de direito que não se encontra explícito nos instrumentos interamericanos de direitos humanos. Não obstante, tanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) determinaram o conteúdo do direito à verdade e as obrigações dos Estados por meio de uma série de direitos estabelecidos tanto na Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem (artigos IV, XVII e XXIV), quanto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8, 13 e 25).

Com base nesses instrumentos, o Sistema Interamericano apresenta uma dupla dimensão do direito à verdade[14]. Primeiramente, reconhece-se o direito das vítimas e seus familiares de conhecer a verdade relacionada aos fatos que geraram a grave violações de direitos humanos, assim como conhecer a identidade daqueles que participaram.

Isso implica no dever do Estado em esclarecer, investigar, julgar e sancionar as pessoas responsáveis e, a depender do caso concreto, garantir o acesso às informações sobre as violações que se encontram disponíveis nos arquivos estatais. Os Estados também têm a obrigação de realizar, de ofício, uma busca efetiva do paradeiro das vítimas desaparecidas forçadamente, bem como proporcionar recursos rápidos e eficientes que permitam aos familiares saber a verdade sobre os fatos ocorridos.

A segunda dimensão está relacionada ao direito da sociedade de conhecer a verdade, assim como as razões e as circunstâncias em que se deram as violações de direitos humanos, de forma a assegurar a sua não repetição.

De acordo com os padrões do Sistema Interamericano, portanto, o direito à verdade vai além do âmbito do direito das vítimas e familiares. Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) visam enunciar e efetivar o direito à verdade para a sociedade brasileira no que se refere aos fatos ocorridos no regime ditatorial.

A Corte IDH, em diversas oportunidades estabeleceu que as autoridades estatais são obrigadas a colaborar na coleta de evidências para alcançar os objetivos de uma investigação e abster-se de praticar atos que impliquem obstrução ao andamento do processo investigativo[15].

O Sistema Interamericano reconhece que o desaparecimento forçado de pessoas possui um caráter permanente e continuado que afeta uma pluralidade de direitos, tais como o direito à liberdade pessoal, à integridade pessoal, à vida e ao reconhecimento à personalidade jurídica.[16] Em razão disso, o direito à verdade se constitui em uma medida de reparação das violações de direitos humanos e a obrigação do Estado derivada das garantias da justiça. Assim, o reconhecimento das vítimas adquire relevância, à medida que representa uma forma de admitir a importância, o valor das pessoas enquanto indivíduos, vítimas e titulares de direitos.[17]

## **5. Do descumprimento das recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**

Criada pela Lei n. 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 16 de maio de 2012 com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988 (artigo 8º, ADCT, CRFB).

O artigo 3º, VI, da Lei n. 12.528/2011 explicita como objetivo da Comissão Nacional da Verdade recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional.

O artigo 11 estabelecia o prazo até 16 de dezembro de 2014 para a conclusão dos trabalhos da CNV e para a apresentação de relatório final circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e **as recomendações**.

No III Volume do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade constam as recomendações explícitas sobre mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial[18]. A detida análise dos documentos e informações coligidas sobre a morte ou o desaparecimento de cada uma das vítimas por ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro conduz às recomendações que apontam a necessidade de investigar as circunstâncias da morte e/ou do desaparecimento, localizar os restos mortais, promover a retificação e indicação da *causa mortis* na certidão de óbito e responsabilizar os agentes envolvidos.

Desse modo, quando o “Relatório Final” apresentado aponta que “tornou-se impossível” a localização das vítimas e que “apesar de todos os esforços (...) para localização de pessoas desaparecidas, há situações que esbarram no campo das impossibilidades”, olvida-se que as recomendações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre as responsabilidades quanto aos mortos e desaparecidos políticos envolvem diversas outras obrigações.

Mesmo no que diz respeito à localização e exame dos restos mortais, é evidente que os trabalhos não foram concluídos e há diversas pendências deixadas pelo caminho. É o que aponta a Comissão Arns, em ofício remetido ao Ministério Público Federal no Procedimento Preparatório n. 1.16.000.002836/2022-47:

(...) a Comissão não terminou sua missão legal. O esgotamento da análise dos requerimentos submetidos à Comissão relativos à indenização não leva ao encerramento dos trabalhos dessa CEMDP. Ainda há em curso a necessidade a identificação de ossadas em estudo e na guarda direta ou indireta da Comissão, em confronto com o DNA de familiares. Apenas para exemplo, a UNIFESP tem a seu cargo o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – CAAF, unidade encarregada judicialmente do exame das ossadas encontradas na vala de Perus, que ainda tem anos de trabalho para identificação de desaparecidos políticos, já tendo identificado cinco deles. A União tem sistematicamente negado recursos à UNIFESP para a continuação dos trabalhos, fato público. A Comissão tem o dever de envidar esforços para complementar os trabalhos do CAAF, sob pena de faltar à sua missão legal. Encerrar os trabalhos por motivo ideológico, poderá acarretar aos responsáveis a consequência da improbidade administrativa[19].

Portanto, inexistente dúvida de que a pretensão de apresentação de um relatório para encerrar os trabalhos da Comissão Especial contraria as recomendações vinculantes do Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

## 6. **Da inexistência de poder discricionário para o encerramento dos trabalhos da CEMDP**

No âmbito do Direito Administrativo, **José dos Santos Carvalho Filho** ensina que a base do poder regulamentar é a criação de mecanismos de complementação das leis indispensáveis a sua efetiva aplicabilidade[20]. Essa prerrogativa, registra o autor, é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando, sob pena de cometer abuso do poder regulamentar, invadindo a competência do Legislativo.

Desse modo, não se podem considerar legítimos os “atos de mera regulamentação, seja qual for o nível da autoridade de onde se tenha originado, que, a pretexto de estabelecerem normas de complementação da lei, criam direitos e impõem obrigações aos indivíduos”[21]. Conclui **Carvalho Filho**:

Por isso, de inegável acerto a afirmação de que só por lei se regula liberdade e propriedade; só por lei se impõem as obrigações de fazer ou não fazer, e só para cumprir dispositivos legais é que o Executivo pode expedir decretos e regulamentos [...][22].

Essa conclusão decorre do conteúdo do regulamento executivo que, advertem **Maria Sylvia Zanella di Pietro e Martins Júnior**, “não se trata de reprodução da lei, mas, de especificação de sua aplicabilidade”[23]. O regulamento executivo (ou de fiel execução) torna exequível a lei pela necessidade de esclarecimento de seu alcance, mas por ter natureza acessória, dependente, subordinada e vinculada à lei, não consente com a invasão do espaço desta[24].

Tal como a hipótese de ato regulamentar, os atos administrativos relacionados à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos não possuem natureza discricionária. Em outras palavras, não é dado à Administração Pública adotar medidas que contrariem ou esvaziem o conteúdo da Lei n. 9.140/1995, sob pena de, assim agindo, o ato administrativo estar eivado de ilegalidade e, portanto, sujeito ao controle jurisdicional.

A Lei n. 9.140/1995 traz as seguintes atribuições da CEMDP:

I - proceder ao reconhecimento de pessoas:

a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público; [\(Incluída pela Lei nº 10.875, de 2004\)](#)

d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público;

II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados;

III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei.

As medidas a cargo da CEMDP configuram atos administrativos vinculados, motivo pelo qual a atividade administrativa está ligada ao estabelecido na legislação e, como tal, sua validade e eficácia estão condicionadas ao cumprimento das atribuições estabelecidas em lei. Como o propagado “Relatório Final” caminha na contramão dessas atribuições, deve ser tido como inválido e ineficaz para extinguir a comissão.

Por fim, há de se ter em conta que a CEMDP é uma comissão de Estado, e não de governo. Não há possibilidade jurídica para o seu encerramento, pois embora formalmente tenha sido entregue um relatório final aprovado, ele não atende à finalidade de dar as respostas legalmente previstas para os familiares das vítimas e para a sociedade brasileira.

## 7.

### Conclusão

Por todo o exposto, a Defensoria Pública da União, no exercício das funções institucionais previstas no artigo 134, da CRFB c/c art. 4º, II e III, da Lei Complementar n. 80/94, por intermédio dos órgãos signatários, emite a presente Nota Técnica com a recomendação ao Estado brasileiro, especificamente a fim de que a Presidência da República não publique qualquer ato

administrativo de encerramento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e, na mesma toada, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania adote as medidas administrativas para a recomposição da Comissão e o prosseguimento dos trabalhos de localização, reconhecimento de pessoas, identificação das vítimas, pagamento das indenizações e providências previstas no III Volume do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Em tempo, à luz das obrigações impostas ao Estado brasileiro no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, recomenda-se que o MDHC estude e estructure formas de ampliação do trabalho da CEMDP a envolver pessoas e grupos que foram perseguidos, detidos, torturados, agredidos ou mortos pelo regime militar, a exemplo de trabalhadores, sindicalistas, camponeses, povos indígenas, comunidade quilombolas, entre outros.

- 
- [1] Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/16/governo-bolsonaro-extingue-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-que-apurava-crimes-da-ditadura>. Acesso em 14.01.2023.
- [2] Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/presidente-da-cdhm-questiona-extincao-da-comissao-especial-de-mortos-e-desaparecidos-politicos>. Acesso em 14.01.2023.
- [3] PGR-00356480/2021 – Ata nº 80/2021
- [4] Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/624717-nota-comissao-arns-contra-a-extincao-da-comissao-especial-de-mortos-e-desaparecidos-politicos>.
- [5] Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/7953/1/26.12.2022%20-%20Relat%20Final%20-%20CEMDP.pdf>. Acesso em 14.01.2023.
- [6] ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Resolução nº 03/2019**. Princípios de Políticas Públicas de Memória nas Américas. Washington, 9 nov. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/resolucion-3-19-es.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- [7] Disponível em Disponível em <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2019/020C.pdf>. Acessado em janeiro de 2023.
- [8] STUTZ E ALMEIDA, Eneá de. **A transição brasileira: memória, verdade, reparação e justiça (1979-2021)**. Salvador: Soffia10 Editora, 2022, p. 17.
- [9] Disponível em <https://www.un.org/securitycouncil/content/resolutions-0>. Acessado em janeiro de 2023.
- [10] EITEL, Ruti. **Genealogia da Justiça Transicional**. In: REÁTEGUI, Félix (organizador). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília e Nova Iorque: 2011, p. 135.
- [11] Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/SCS/brasil/herzog/herzogp.pdf>. Acessado em 15/01/2023.
- [12] Disponível em <https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/SCS/brasil/gomes/gomesp.pdf>. Acessado em 15/01/2023.
- [13] ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021. [S.l.]: OEA, 2021, p. 141. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- [14] Inter-American Commission on Human Rights. *Derecho a la verdad en las Américas / Comisión Interamericana de Derechos Humanos*. 2014. p. 17.
- [15] Caso *García Prieto e outros Vs. El Salvador*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 20 de novembro de 2007. Série C Nº 168, par. 112; *Caso Contreras e outros. contra El Salvador*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2011 Série C nº 232, par. 171; *Caso Massacres de Río Negro vs. Guatemala*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Julgamento de 4 Setembro de 2012 Série C nº 250, par. 194.
- [16] ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comisión Interamericana de los Derechos Humanos. **Derecho a la Verdad en las Américas**. Aprobado por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos el 13 de agosto de 2014. OEA, 2014, p. 25. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- [17] *Idem, ibidem*, p. 58.
- [18] Disponível em [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf). Acesso em 15.01.2023.
- [19] Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/624717-nota-comissao-arns-contra-a-extincao-da-comissao-especial-de-mortos-e-desaparecidos-politicos>. Acesso em 15.01.2023.
- [20] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 24ª Ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 51.



[21] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 24ª Ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 55.

[22] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 24ª Ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 55.

[23] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; JÚNIOR, Wallace Paiva Martins. **Tratado de direito administrativo** [livro eletrônico]: teoria geral e princípios do direito administrativo. 2ª Ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, RB-11.10.

[24] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; JÚNIOR, Wallace Paiva Martins. **Tratado de direito administrativo**. [livro eletrônico]: teoria geral e princípios do direito administrativo. 2ª Ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, RB-11.10.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Saad Travassos do Carmo, Secretário(a)-Geral de Articulação Institucional**, em 16/01/2023, às 07:41, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Pires Alvim, Secretária de Ações Estratégicas**, em 16/01/2023, às 07:51, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar de Oliveira Gomes, Diretor(a)-Geral da Escola Nacional da Defensoria Pública da União**, em 16/01/2023, às 09:46, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Macedo Alves Pereira, Defensor Público-Geral Federal**, em 16/01/2023, às 11:08, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://www.dpu.def.br/sei/conferir\\_documento\\_dpu.html](http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html) informando o código verificador **5822906** e o código CRC **334EE18C**.